

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

**2º TRIMESTRE
2021**

SENAI
DEPARTAMENTO NACIONAL



SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

SUMÁRIO

1 SUMÁRIO EXECUTIVO.....	3
2 GOVERNANÇA E CULTURA.....	4
2.1 Relacionamento com Órgãos de Controle Externo	4
2.2 Prestação de Contas e Relatório de Gestão.....	6
3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7
3.1 Segurança da Informação	8
3.2 Transformação Digital	10
4 GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	11
4.1 Monitoramento dos processos institucionais	12
5 PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE	13
5.1 Propostas de revisão do Código de Conduta Ética e de Políticas Institucionais.....	14
5.2 Reconfiguração do Comitê de Ética e revisão Regimento Interno	15
5.3 Revisão do Canal de Atendimento	15
5.4 Plano de Comunicação e Sensibilização	16
6 REDE COLABORATIVA DE COMPLIANCE.....	17
7 POLÍTICAS, NORMATIVOS E PROCEDIMENTOS	18
7 COMPETÊNCIAS E TREINAMENTOS	19

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a sistemática de controles internos existentes no Departamento Nacional do SENAI para salvaguardar seus processos operacionais e de gestão dos eventuais riscos inerentes ao seu negócio, bem como demonstrar as ações desenvolvidas no sentido de assegurar a eficiência dos seus controles internos. Serão também apresentadas as demais ações adotadas que contribuíram para o fortalecimento da Governança Corporativa, da Gestão de Riscos e do Programa de *Compliance* e Integridade.

Para correto entendimento e leitura, cumpre-nos informar que este relatório é cumulativo, apresentando as ações realizadas ao longo do exercício de 2021, contemplando as informações referentes ao primeiro e segundo trimestres do corrente ano.

É oportuno salientar que o exercício de 2020 impôs à entidade vários desafios de ordem operacional, econômica e financeira, causados pela deflagração da crise mundial sanitária decorrente da Covid-19. Seus impactos trouxeram ao SENAI/DN a necessidade de se adequar ao atual cenário e, também, de buscar o cumprimento das metas acordadas nos planos de ação previstos, com a devida diligência na gestão dos recursos aplicados, quanto a manutenção, no monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos.

Foram realizadas ações para avaliação e monitoramento dos processos institucionais de grau relevante, como os de gestão de aquisições e de contratos, o de elaboração da prestação de contas relativa ao exercício de 2020 e o de interface junto aos órgãos de controle externo.

Para o fortalecimento da Governança Corporativa e dos controles internos, foi a constituída a **Rede Colaborativa de Compliance** que preconiza a criação de um ambiente para o compartilhamento de informações e práticas de *compliance* e integridade, sob a coordenação do Departamento Nacional, com a participação de todos os Departamentos Regionais. A Rede prevê a realização de fóruns para debates e consultas de temas relativos a um ambiente de *compliance* e integridade, a disseminação de práticas colaborativas de projetos em rede e a divulgação das

melhores práticas de controles, em razão das percepções da sociedade em relação ao SENAI.

O objetivo final é disseminar coletivamente a cultura de *Compliance*, permitindo que o SENAI, por seu Conselho Nacional e Departamentos Nacional e Regionais, desenvolva em suas estruturas os mecanismos que assegurem o cumprimento dos pilares de integridade necessários, conforme as orientações divulgadas pelos maiores institutos idealizadores das práticas de Governança Corporativa e Controles Internos, observadas as singularidades do modelo organizacional da entidade.

Eixos Estratégicos do Ambiente de Controle Interno:



2 GOVERNANÇA E CULTURA

2.1 Relacionamento com Órgãos de Controle Externo

O SENAI, criado e vinculado à CNI, para desenvolver e executar programas de educação profissional e contribuir para o desenvolvimento tecnológico da indústria é uma entidade privada, sem fins lucrativos, não integrante da Administração Pública, destinatária, por força de lei, de contribuição compulsória, vertida pelas empresas industriais.

O SENAI está estruturado com um Conselho e um Departamento nacionais, e, em cada Estado, com um órgão regional (composto de Conselho e Departamento). O Departamento Nacional e os órgãos regionais gozam de autonomia na gestão de seus recursos, serviços e administração do seu pessoal.

Em razão da titularidade da contribuição compulsória, cada órgão que compõe a estrutura do SENAI, considerando que são autônomos entre si, deve prestar contas individualmente do resultado final de suas ações ao Tribunal de Contas da União - TCU, que pode contar com o apoio da Controladoria Geral da União - CGU, conforme estabelecido, respectivamente, no parágrafo único do art. 70 e no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil, e esclarecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 789874, da relatoria do ministro Teori Zavascki. Nessa linha, importante anotar, que o TCU se posiciona como uma instância externa de apoio a governança do SENAI.

Baseado na premissa que preconiza o fortalecimento da estrutura de controles internos, o SENAI/DN, quando faz o monitoramento junto às suas áreas internas responsáveis pelos processos, considera as recomendações, assim como adota as determinações que lhe são dirigidas pelo controle externo. O objetivo é promover o alinhamento necessário para otimizar a implementação de melhorias no ambiente institucional.

No âmbito do SENAI/DN, foram realizadas no primeiro trimestre as seguintes ações relativas a decisões do TCU:

Deliberação	Nº item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas/ Ações implementadas
Acórdão Nº 3258/2020 -TCU-Plenário	9.1.1. e 9.1.2.	Apresentar Plano de Ação que contemple medidas para assegurar a adoção de critérios objetivos de rateio.	Plano de Ação em elaboração.

- foi constituído o Grupo de Trabalho – GT, com a participação dos Departamentos Regionais, com objetivo de elaborar e propor um plano de ação contendo um conjunto de princípios sistêmicos, para orientar o rateio de despesas entre as entidades integrantes do Sistema Indústria.
- o Grupo de Trabalho promoveu reuniões para a coleta de dados e informações, em especial, sobre os critérios de rateio atualmente adotados, de forma a possibilitar a elaboração do diagnóstico, a partir do qual serão desenvolvidas as discussões para a elaboração da proposta do plano de ação.

Para atendimento da deliberação posta no Acórdão TCU nº 3258/2020 – Plenário, o SENAI/DN elaborou e protocolou junto ao Tribunal, no segundo trimestre, o Plano de ação nos moldes requeridos por aquela Corte, cujo teor compreende as fases de mapeamento, execução e conclusão, com detalhamento das tarefas e dos respectivos

prazos, culminando com a materialização de diretrizes a serem seguidas pelos departamentos do SENAI que praticam o rateio. O cronograma prevê a conclusão das ações no primeiro semestre de 2022.

Também no segundo trimestre, entre outras tratativas junto ao TCU, o SENAI/DN prestou informações relativas ao seu modelo de governança organizacional, tendo o exercício de 2021 como base. O objetivo do Tribunal foi avaliar o perfil de governança das entidades a ele jurisdicionadas.

O processo contou com o apoio de superintendências e gerências executivas da entidade no preenchimento detalhado do questionário elaborado pelo Tribunal de Contas. No decorrer do mês de maio foram realizadas reuniões com diversas áreas gestoras dos processos organizacionais, tais como Tecnologia da Informação, *Compliance* e Integridade, Contratações, Desenvolvimento Humano, Planejamento Estratégico, Ouvidoria, entre outras. O questionário foi devidamente protocolado pelo SENAI/DN via plataforma eletrônica do TCU chamada “e-Governança”.

2.2 Prestação de Contas e Relatório de Gestão

A prestação de contas do SENAI atende as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU). Para o exercício de 2020, o Tribunal editou a Instrução Normativa nº 84/2020, estabelecendo novas normas de organização e apresentação das prestações de contas dos responsáveis pela administração pública federal, que vieram a ser estendidas aos serviços sociais autônomos pelo Acórdão 2424/2020, que aprovou a Decisão Normativa 187, cujo objetivo é regulamentar o processo de contas do exercício de 2020 e seguintes.

O Departamento Nacional, de forma que haja coerência, confiabilidade e harmonia sistêmica, elaborou e coordena um plano de ação para orientar os demais órgãos do SENAI no processo de adequação às novas normas do TCU, que vieram a determinar que a prestação de contas seja realizada mediante publicação das informações nos sites oficiais das instituições.

Optou-se pela construção de uma página própria, intitulada “Prestação de Contas TCU”, no site de cada entidade do SENAI que presta contas de forma autônoma: Departamento Nacional e Órgãos Regionais.

A construção desses sites para prestação de contas do TCU exigiu, também, que todos os sites da Transparência dos Departamentos Nacional e Regionais do SENAI fossem aprimorados, de forma que seus sistemas e informações possam, sinergicamente, ser compartilhadas com os sites “Prestação de Contas TCU”.

Para atender também outra exigência do TCU relativa à Prestação de Contas de 2020, o SENAI/DN coordenou a implantação, em todos os Departamentos Regionais, do Relatório de Gestão em formato de relato integrado. A adoção desse novo modelo foi impulsionada por uma governança com instâncias envolvendo diferentes níveis hierárquicos.

Ainda, em função das alterações e exigências decorrentes da IN nº 84/2020, em especial à divulgação de informações trimestrais no Portal de Transparência e Prestação de Contas da entidade, foram realizadas, no primeiro semestre de 2021, diversas reuniões técnicas junto às áreas gestoras e à equipe da Superintendência de Tecnologia da Informação no sentido de prover as parametrizações e interfaces necessárias nos sistemas de gestão da entidade e o Portal de Transparência e Prestação de Contas.

Essas informações são acompanhadas pelo Tribunal mediante o processo TC nº 014.976/2021-8, denominado “*Fiscalização Contínua*” e prevê envios trimestrais de informações acerca de Licitações, Contratos, Receitas, Despesas, Transferências de Recursos, Plano de Cargos e Salários, Plano de Contas e Recursos Humanos. Os dados são inseridos pelo SENAI/DN via plataforma eletrônica do TCU chamada “*Disco Virtual*”. As informações alusivas ao primeiro trimestre foram devidamente enviadas à Corte de Contas.

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No SENAI/DN, a Tecnologia da Informação – TI está estruturada por um conjunto de princípios alinhados às suas estratégias e comuns ao SENAI/DN, à CNI e ao IEL/NC. Nesse sentido, o monitoramento contínuo do ambiente e dos ativos de tecnologia, por meio de processos ágeis, flexíveis e digitais, viabilizam a identificação contínua de riscos e oportunidades de melhorias, bem como contribuem para a maturidade institucional em matéria de segurança da informação e de conformidade aplicada à tecnologia. A diretriz

organizacional de TI visa garantir a sustentabilidade e continuidade dos recursos tecnológicos.

Nesse sentido, a governança de TI, aprovada no primeiro trimestre de 2021, é suportada por uma estrutura normativa, sedimentada em políticas, normas e procedimentos que orientam os processos e os recursos de tecnologia da informação.

Estão contempladas neste escopo iniciativas de planejamento, inventário de recursos de tecnologia, gestão de recursos humanos, gestão de contratos de TI, portfólios de projetos, catálogos de serviços e investimentos, identificação e monitoramento de processos, e definição estratégica de plano anual de ação, que, em conjunto, estão aderentes aos objetivos estratégicos.

3.1 Segurança da Informação

A Segurança da Informação no SENAI/DN está estruturada na forma de um Comitê multidisciplinar, com a participação do SESI/DN, CNI e IEL/NC, com foco na gestão institucional da segurança cibernética, para assecuração da integridade, confidencialidade e disponibilidade dos ativos de tecnologia da informação e das informações.

As iniciativas do Comitê de Segurança da Informação estão estruturadas em 5 pilares, incluindo plano de continuidade de negócios, gestão transversal de mudanças, abordagem baseada em riscos, estrutura normativa e gerenciamento de incidentes.

No primeiro trimestre de 2021, o Comitê promoveu agendas que ampliaram os debates, promoveram a realização de estudos técnicos e oportunizaram a troca de experiências em matéria de segurança da informação.

Nesse sentido, foi aprovado, ainda no primeiro trimestre, o Planejamento Estratégico de segurança cibernética aplicável ao SENAI/DN, contemplando ações de suporte ao negócio, controles internos, gestão dos indicadores de segurança da informação, testagem e implementação de melhorias identificadas nos ambientes, processos, sistemas e softwares.

No segundo trimestre de 2021, as reuniões do Comitê de Segurança da Informação foram realizadas com a participação de áreas e equipes estratégicas da entidade, que, em conjunto, promoveram agendas técnicas contemplando ações com foco em base normativa e controles interno, monitoramento contínuo e aculturação institucional, contribuindo para o fortalecimento das diretrizes de Segurança da Informação no âmbito do SENAI/DN.

Vigente desde setembro de 2020, a Instrução de Serviço Conjunta ISC nº 01/2020 que instituiu a Política de Segurança da Informação (PSI), define os princípios e diretrizes de segurança da informação no âmbito do SENAI/DN e prevê, ainda, um conjunto de controles internos que visam assegurar a confidencialidade, a legalidade a disponibilidade e a integridade dos ativos de tecnologia e segurança da entidade.

Considerando a evolução dos componentes de monitoramento propostos pela PSI, no segundo trimestre de 2021 o Comitê de Segurança da Informação promoveu agendas técnicas para deliberações iniciais acerca de ações voltadas à análise do nível de aderência da Política aos processos e ativos institucionais.

As deliberações propuseram a realização de etapas de planejamento, execução e diagnóstico, que perpassam ações de controle, monitoramento específico e avaliações independentes, com base nas melhores práticas de mercado, família ISO 27.000, bem como alinhado aos pilares do Programa de *Compliance* das entidades e órgãos nacionais do Sistema Indústria, do qual o SENAI/DN é integrante.

O objetivo propõe verificar a efetividade das diretrizes estabelecidas na PSI e promover o fortalecimento da base normativa do Programa de *Compliance* e sua conformidade e alinhamento às ações institucionais previstas na Entidade.

Ainda no segundo trimestre, foram iniciadas, deliberações para inclusão de cláusulas em contratos de prestação de serviços e fornecimento que observem os princípios institucionais de Segurança da Informação.

A implementação das cláusulas gerais de segurança da informação faz parte de um conjunto de iniciativas com foco na disseminação da PSI, de modo que seu texto e suas aplicações sejam cada vez mais disseminadas em âmbito institucional e acessível ao público que se relaciona com o SENAI/DN.

A iniciativa acompanha a evolução institucional em matéria de segurança da informação e o fortalecimento dos pilares do Programa de *Compliance*, à medida em que promove transparência nas relações de contrato quanto aos ativos de segurança da informação sob sua gestão e promove a disseminação de boas práticas e acultramento sobre o tema.

O Comitê promoveu também ações de conscientização interna sobre temas afetos à segurança da informação, promovendo alinhamento e acultramento institucional acerca das melhores práticas no uso dos recursos tecnológicos.

As iniciativas dessa agenda fazem parte do escopo do Plano de Comunicação e Treinamento de Segurança da Informação, aprovado no âmbito do Comitê para o exercício 2021. Nessa agenda estão previstas a continuidade das ações preventivas de monitoramento de softwares e sistemas, a realização de testes de segurança dos ativos de tecnologia, bem como a abordagem direcionada a riscos e controles internos, que, em conjunto, corroboram a estratégia de assegurar a integridade dos ambientes tecnológicos do SENAI/DN.

3.2 Transformação Digital

A utilização de ferramentas digitais para aprimorar a gestão de recursos financeiros, patrimoniais, humanos, de documentos, comunicação, e a preservação da segurança dos processos da entidade, entre outros aspectos, sempre fez parte da estratégia institucional para assegurar a eficiência da gestão do modelo de negócios do SENAI/DN.

É certo que, com a deflagração da crise sanitária mundial decorrente do vírus covid-19, o mundo corporativo tem percebido e utilizado, cada vez mais, o uso de tecnologias digitais para o aprimoramento da produção, prestação de serviços, gestão financeira e operacional, bem como avaliação e monitoramento de riscos que interfiram na continuidade do negócio.

Nesse sentido, o SENAI/DN tem investido em iniciativas internas junto aos seus gestores, com o objetivo de estudar e avaliar os processos da entidade, bem como identificar oportunidades na utilização e integração de ativos e tecnologias digitais à sua

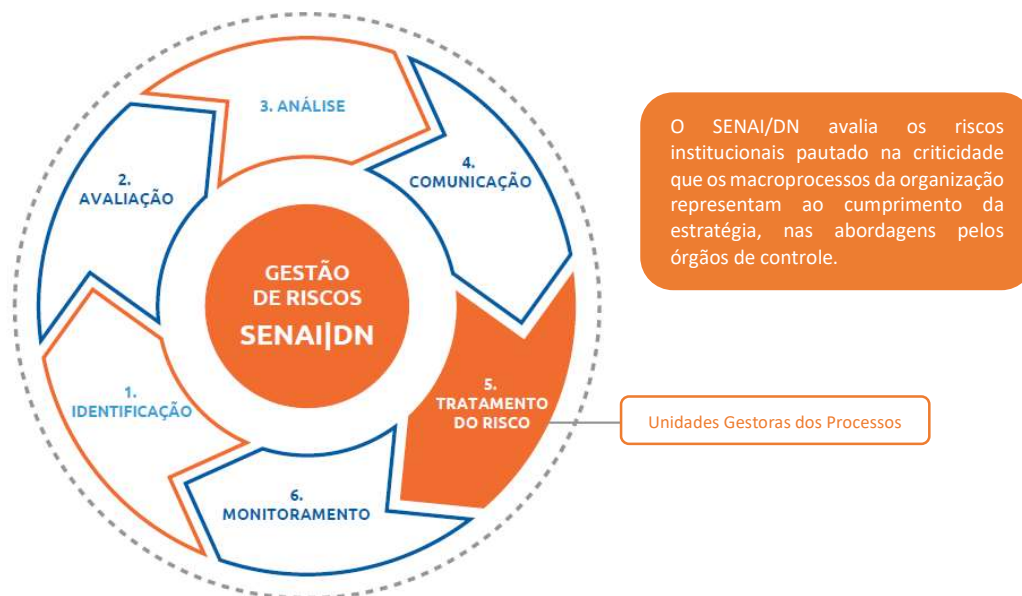
forma de gestão. O propósito é aprimorar à gestão organizacional de modo que potencialize os resultados de sua atuação ao industriário brasileiro.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Gestão de Riscos realizada pelo SENAI/DN contempla instrumentos que vão desde a reavaliação periódica dos procedimentos utilizados pelas áreas até a interlocução direta com os demais atores previstos no mapa de governança da entidade.

Nessa linha, o monitoramento dos fatores internos e externos que possam interferir no alcance dos objetivos institucionais ocorre em ciclos preventivos, de modo que a detecção, a comunicação e o tratamento dos riscos aconteçam em tempo hábil, permitindo assim a redução, ou mesmo o impedimento, de eventuais impactos aos negócios e estratégias estabelecidas pelo SENAI/DN.

O gerenciamento do risco é realizado pelas unidades gestoras dos processos organizacionais, observando as políticas e os procedimentos definidos e devidamente aprovados pela alta administração.



No segundo trimestre de 2021, as tratativas para fortalecimento da gestão de riscos tiveram movimentações importantes, a partir da constituição de um grupo técnico de trabalho, composto por representantes do Departamento Nacional e dos Departamentos

Regionais, cujo objetivo foi definir a especificação técnica para a aquisição de software/ferramenta de gestão de riscos e *compliance*.

O Comitê Setorial de sistema de Gestão de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, vinculado diretamente ao Programa de *Compliance* das entidades e órgãos nacionais do Sistema Indústria realizou, no segundo trimestre, reuniões internas para deliberações e elaboração de estudos técnicos acerca da ferramenta e seus módulos de gestão – que englobam especialmente a gestão de riscos corporativos, a gestão do *Compliance* e também a gestão de políticas e normativos, gestão de processos e controles internos.

A evolução do Programa de *Compliance* e a instituição do Comitê viabilizaram o aprimoramento de estudos com foco na estrutura tecnológica e processual para gestão corporativa dos seus riscos, considerando a complexidade das ações que executa, a transversalidade dos assuntos sob sua competência e interesse, bem como o nível estratégico de sua atuação perante a sociedade.

Nesse escopo, ainda no segundo trimestre, o Grupo promoveu agendas técnicas de com empresas especializadas na solução de automação e monitoramento de processos afetos ao Programa de *Compliance* e Riscos a fim de condensar as principais informações de forma ágil e precisa para tomada de decisão institucional acerca da implementação do software.

Nesse contexto a implementação do software de gestão de riscos e *compliance* ganha destaque pela eficiência e agilidade que traz para controlar a exposição aos riscos das organizações e auxiliar a gestão dos processos.

Os estudos e as agendas técnicas de discussão realizadas fortalecem o ambiente de controle interno e evolução das pautas afetas ao Programa de *Compliance*, bem como reforça o compromisso da alta gestão na busca constante de ferramentas e mecanismos de gestão que sustentam o amadurecimento contínuo dos pilares de *compliance* no âmbito do SENAI/DN.

4.1 Monitoramento dos processos institucionais

No primeiro trimestre, a partir da estrutura institucional de gerenciamento de riscos, foi trabalhado o planejamento e iniciada as ações com foco no monitoramento e tratamento

de processos críticos do SENAI/DN, cujo objetivo foi avaliar a conformidade das disposições normativas internas e das implementações de melhorias nos controles dos processos organizacionais, promovendo a mitigação de riscos inerentes ao negócio e o cumprimento da estratégia definida.

Objetiva também a redução dos impactos operacionais, financeiros e de imagem advindos de inconformidades, bem como manter a aderência aos princípios de integridade e de transparência e aos entendimentos debatidos junto aos órgãos de controle.

Nessa linha, o segundo trimestre deu continuidade as ações de monitoramento de processos já iniciadas, bem como iniciou novas ações para o acompanhamento de procedimentos operacionais e de gestão que envolvem relevantes processos institucionais do SENAI Departamento Nacional.

Cabe enfatizar que o propósito final das ações preventivas é permitir um diagnóstico do nível de aderência aos normativos e práticas institucionais a partir do monitoramento dos processos críticos da entidade, sinalizando oportunidades de melhorias identificadas.

5 PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE

O ambiente de controle corporativo e de gestão visa assegurar a mitigação de riscos institucionais, ao passo que permite apresentar às partes relacionadas as medidas implementadas para garantir a integridade e o atingimento dos objetivos estratégicos do SENAI/DN.

Em consonância ao posicionamento da entidade frente à pauta da transparência e prestação de contas, o Programa de *Compliance* e Integridade permitirá, em 2021, o aprimoramento de processos e normativos internos, bem como a consolidação da agenda de conformidade regulatória, integridade e ética para instituição.

As ações propostas se materializam como mecanismos de *compliance* e integridade na estrutura corporativa do SENAI/DN, e são consequências das disposições normativas no que diz respeito à implementação de ferramentas de gestão, fundamentadas em princípios éticos.

No primeiro trimestre de 2021, o SENAI/DN, em conjunto com a CNI, SESI/DN e IEL/NC, executou as seguintes iniciativas:



5.1 Propostas de revisão do Código de Conduta Ética e de Políticas Institucionais

O Código de Conduta Ética é o principal instrumento normativo que orienta a conduta e o posicionamento da Direção e do quadro de empregados do SENAI/DN em suas atitudes individuais e no relacionamento com a sociedade.

Nesse sentido, o SENAI/DN promoveu agendas destinadas à atualização e modernização do Código de Conduta Ética, com a participação transversal das Diretorias e do corpo funcional especializado, garantindo o enriquecimento do debate na revisão do normativo, bem como viabilizando que o Código reflita a perspectiva conjuntural a que o SENAI/DN está inserido.

Concluídas as agendas de participação e debates, o normativo segue o rito de governança interna para aprovação, previsto para o segundo semestre de 2021. Adicionalmente, após aprovação, estão previstas iniciativas de comunicação e treinamento aos dirigentes e colaboradores acerca do novo Código de Conduta Ética, consolidando, dessa maneira, uma das principais entregas do Programa de *Compliance* e Integridade.

5.2 Reconfiguração do Comitê de Ética e revisão Regimento Interno

O SENAI/DN participou, no primeiro trimestre de 2021, de iniciativas para a reconfiguração do Comitê de Ética e seu Regimento Interno, de forma a assegurar que a nova estrutura esteja aderente ao novo Código de Conduta Ética, um dos pilares das ações previstas no Programa de *Compliance* e Integridade.

Em junho de 2021 foi instalado o novo Comitê de Ética, com a entrega da Proposta de Regimento Interno para que os membros possam fazer suas contribuições. Sua competência alcança também o Departamento Nacional do SENAI e é dotado de legitimidade para averiguar quaisquer situações de desrespeito do Código de Conduta Ética, bem como às políticas institucionais de *compliance*.

O Regimento Interno do Comitê de Ética, após concluídas as agendas de sua revisão normativa, segue para aprovação conforme o rito interno de governança definido, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021, onde serão aprovadas suas disposições e determinada a sua entrada em vigor.

5.3 Revisão do Canal de Atendimento

A revisão e aprimoramento do canal de atendimento é percebida como essencial para composição dos mecanismos em prol da integridade corporativa do SENAI/DN. Por isso, estudos internos e discussões multidisciplinares acerca da matéria já estão pautados para 2021 como escopo do Programa de *Compliance* e Integridade.

No primeiro trimestre de 2021, foram realizadas agendas de alinhamentos com as Diretorias, para de definição das estratégias institucionais de reestruturação do canal.

Já no segundo trimestre, é oportuno mencionar que foi emitido normativo interno que atualiza as funções da ouvidoria do SENAI/DN, formalizado por meio da Ordem de Serviço Conjunta nº 04/2021, bem como determina as competências e responsabilidades do ouvidor.

Esta iniciativa reflete a busca constante por aprimoramento dos serviços de atendimento aos clientes e cidadãos, bem como a transparência como princípio sistêmico e orgânico do SENAI/DN e, ainda, as necessidades de evolução processual advindas da

implementação do Programa de *Compliance* e Integridade. Este movimento reflete o compromisso a Alta Administração com o contínuo aprimoramento das ferramentas e elementos em prol da integridade corporativa.

5.4 Plano de Comunicação e Sensibilização

O Plano de Comunicação propõe a disseminação e aculturação institucional sobre temas vinculados ao Programa de *Compliance* e Integridade, valorizando a cultura ética e transparência do SENAI/DN.

O Programa de *Compliance* e Integridade no SENAI/DN prevê iniciativas de alinhamento e comunicação institucional por meio do Plano de Comunicação e Sensibilização, que foi estruturado em ondas de comunicação, seguindo os critérios de público alvo a ser atingido, bem como a técnica proposta para a comunicação, destacadas a seguir:

- Foco nas ações para a Direção e quadro de empregados, reforçando a importância do Programa de *Compliance* e Integridade, ética e transparência bem como conceitos sobre o tema e os macroprocessos estruturantes que o suportam.
- Criação da Rede Colaborativa de *Compliance*, destinada a promover estudos, debates técnicos e troca de experiências sobre o tema e conectar os profissionais dos Departamentos Nacional e Regionais, e o Conselho Nacional do SENAI sobre o tema *compliance* e integridade.
- Fortalecer o diálogo com a sociedade sobre os pilares e as ações desenvolvidas afetas principalmente ao Programa de *Compliance* e Integridade.

No primeiro trimestre de 2021, para ampliar o relacionamento e a disseminação de conhecimento, a Rede Colaborativa de *Compliance*, instituída em dezembro de 2020, promoveu agendas para incentivar a participação transversal e horizontalizada sobre *compliance* e integridade, bem como proporcionar o acesso às experiências, informações uniformizadas, publicações e melhores práticas sobre o tema.

Em relação ao público interno da organização, destaca-se que, no segundo trimestre (maio de 2021), para além das ações pontuais de comunicação do Programa de *Compliance* e Integridade, foi lançada a “Campanha CERTO”, cujo objetivo foi

disseminar e promover a cultura ética, bem como informar os colaboradores sobre as iniciativas e treinamentos do Programa.

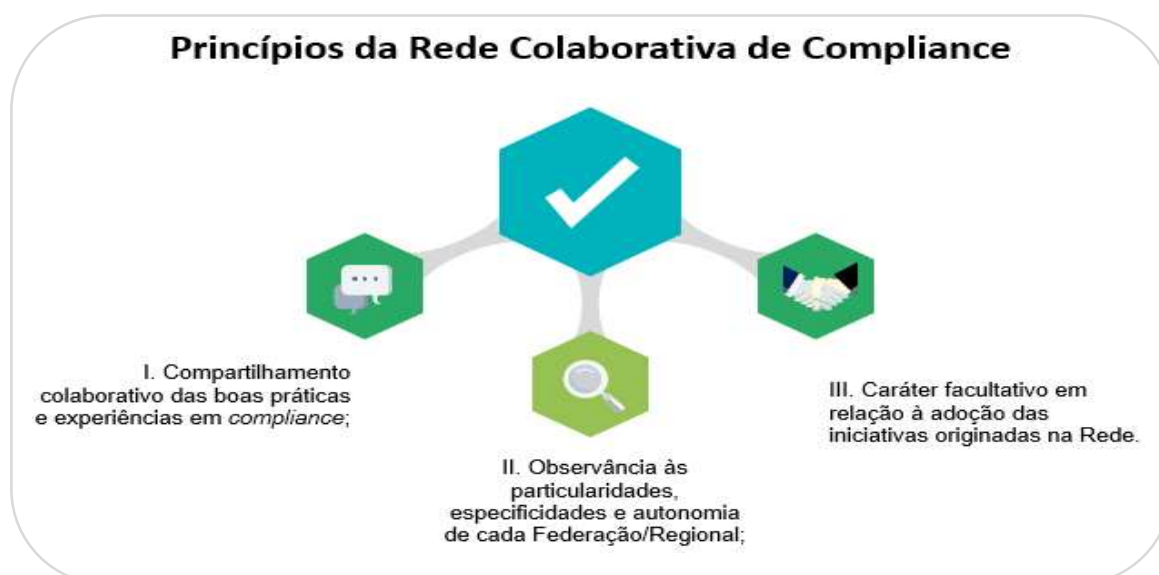
Dessa maneira, estruturou-se um plano de comunicação interno, que considerou diversos canais de comunicação (intranet, TV corporativa, e-mail, entre outros) para atingimento do público-alvo. O cerne desta campanha foi divulgar o Treinamento em *Compliance* no âmbito do Departamento Nacional, o qual será abordado no capítulo 7 do presente relatório.

Soma-se a este movimento de comunicação, a fala do Diretor do SENAI/DN, em reunião realizada em junho de 2021 com todo corpo funcional, demonstrando o apoio irrestrito da alta administração ao Programa de *Compliance* e ratificando a importância das iniciativas implementadas para toda a organização.

6 REDE COLABORATIVA DE COMPLIANCE

A Rede Colaborativa de *Compliance* inaugurou um canal permanente de interações dos profissionais da área, possibilitando o compartilhamento de temas afetos à conformidade.

A Rede está estruturada sobre três princípios:



Nos meses de fevereiro e março de 2021, a Rede promoveu iniciativas sobre o tema, com a realização das palestras (i) Integridade no Sistema Indústria: ética e valor do *Compliance* (ii) Amadurecimento das organizações diante da implantação dos

Programas de *Compliance*; Workshop de apresentação dos modelos existentes de implementação do Programa de *Compliance* nos Departamentos Regionais, que em conjunto contribuem para a consolidação do tema na entidade.

No segundo trimestre, a Rede Colaborativa de *Compliance* realizou três encontros nacionais com participação de 100% dos Departamentos Regionais.

No mês de maio foi realizada a capacitação em *Compliance* desenvolvida numa ação conjunta entre a Rede Colaborativa, o Conselho Nacional do SENAI e os Departamentos Regionais. Nos encontros, via plataforma *Teams*, foram apresentados conceitos, metodologias e casos práticos em que os participantes tiveram atividades a serem desenvolvidas dentro da realidade de cada regional.

Ainda no segundo trimestre, foi divulgado e iniciado o treinamento EAD “*Conhecendo Compliance nas Organizações*”. Essa parceria entre a Rede Colaborativa de *Compliance* e a Unindústria, contou com a participação de 1.205 inscritos até junho de 2021, contando com colaboradores de todos os Departamentos Regionais.

7 POLÍTICAS, NORMATIVOS E PROCEDIMENTOS

Decorrente do movimento contínuo para avaliação e implementação de melhorias nos procedimentos, rotinas e controles, a entidade promove estudos com vistas à atualização e criação de políticas e normativos que melhor assegurem a execução dos processos e operações.

Nessa perspectiva, no primeiro trimestre de 2021, foi aprovada a **Instrução de Serviço Conjunta nº 01/2021** - *Plano Diretor de Tecnologia da Informação, cujo objetivo é nortear e acompanhar a gestão de tecnologia da informação no âmbito do SENAI/DN, SENAI/DN, CNI e IEL/NC definindo ações a serem implementadas para fomentar o uso de tecnologia da informação como instrumento de transformação do negócio.*

Já no segundo trimestre, decorrente do compromisso da Alta Administração em exercer uma gestão dentro dos padrões éticos e das políticas de *compliance* e integridade, foi expedida a **Ordem de Serviço Conjunta nº 02/2021**. Como fruto das diversas ações para fortalecimento da governança corporativa com a implementação do Programa de

Compliance, o normativo prevê a extensão da atuação institucional do Comitê de Ética para as entidades nacionais do Sistema Indústria.

Também no segundo trimestre, com o objetivo de aprimorar os serviços de atendimento à clientes e cidadãos e facilitar o relacionamento entre estes e o SENAI/DN, foi aprovada a **Ordem de Serviço Conjunta nº 04/2021** que criou o Serviço de Ouvidoria no âmbito das entidades e órgãos nacionais do Sistema Indústria.

Com o compromisso de investir sempre no melhor modelo e metodologia de gestão de suas operações, o SENAI/DN, com foco no aprimoramento contínuo, mantém, no decorrer de 2021, as ações regulares de atualização de políticas, normativos e procedimentos.

7 COMPETÊNCIAS E TREINAMENTOS

As iniciativas para desenvolvimento de competências objetivam estabelecer diretrizes e procedimentos alinhando o desenvolvimento de seus empregados ao cumprimento da missão institucional do SENAI/DN.

O desenvolvimento de colaboradores é premissa para o SENAI/DN considerando o foco em conhecimento, habilidades e atitudes de cada um.

A entidade investe em treinamentos, por meio da oferta de cursos com o objetivo de capacitar os empregados em temas que atendem de forma transversal às áreas do SENAI/DN e/ou os Departamentos Regionais.

Nesse sentido, o SENAI/DN promoveu ações de fortalecimento em temas afetos ao *Compliance*, para disseminação e aculturação sobre o tema, contribuindo para capacitação contínua do corpo técnico.

Por meio da elaboração e execução do Treinamento em *Compliance*, divulgado e disponibilizado em maio de 2021, os colaboradores internos tiveram acesso, não apenas ao conhecimento conceitual sobre *compliance*, mas também sobre as iniciativas do Departamento Nacional na implementação do Programa.

O treinamento foi estruturado de maneira a prover capacitação remota em todos os níveis da organização, incluindo técnicas de interação, para aproximar e engajar o

público interno na pauta da integridade corporativa, provendo, dessa maneira o acultramento na organização.

Outra iniciativa de capacitação, que vale destacar novamente, foi o Treinamento “Conhecendo o *Compliance* nas Organizações”, elaborado e disponibilizado para os Departamentos Regionais também no segundo trimestre 2021, cujo objetivo foi auxiliar no conhecimento acerca do tema, bem como promover um alinhamento sistêmico sobre as melhores práticas de *compliance*.

Curso	Status	Temas Livres	Carga horária	Descrição	Membros	Vagas Restantes
Compliance e Integridade - Módulo I	REGISTRADO	✓	1 hora	Neste primeiro módulo apresentaremos os conceitos basilares de um...	102	∞
Educação Financeira	ABRIR	+	2 horas	A Educação Financeira é a ciência que busca a autonomia finance...	12	∞
Entendendo a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	REGISTRADO	✓	30 minutos	Bem-vindo ao curso Entendendo a Lei Geral de Proteção de Dado...	237	∞
Segurança da Informação (2020)	ABRIR	+	2 horas	Este curso tem por objetivo capacitar os colaboradores do Depart...	14	∞